



BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Cangaço: memória, história, arte ou estratégia de dominação? In: **Revista Épicas**. Ano 6, N. 12, Dez 22, p. 80-105. ISSN 2527-080-X. DOI: <http://dx.doi.org/10.47044/2527-080X.2022v12.80105>

CANGAÇO: MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARTE OU ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO?

CANGAÇO: MEMORY, HISTORY, ART OR DOMINATION STRATEGY?

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO: Este artigo trata do cangaço e da literatura de cordel, duas categorias de fenômenos sociais e literários típicos do Nordeste brasileiro. O cangaço, máxima expressão da violência requer, para sua compreensão, análises de Ciência Política, diferentes concepções de História e Memória, além de pesquisas de campo, documentais e análises da imprensa do período de sua existência. Os estudos da literatura de cordel ou literatura popular, requerem consulta a bibliotecas de centenas de obras de cordelistas, predominantemente louvando ou criticando aquele tipo de violência. Em diferentes momentos, a literatura de cordel expressa o que Ivan Cavalcanti Proença denomina “A Ideologia do Cordel”. Estuda-se, para seu entendimento o conceito de Folk-Comunicação, único conceito de Teoria da Comunicação elaborado no Brasil, pelo intelectual nordestino, Luiz Beltrão.

Palavras-chave: Sertão do Nordeste; Cangaço; Lampião; cordelistas ou poetas populares.

ABSTRACT: This paper discusses cangaço and cordel literature, two categories of social and literary phenomena that are from Brazilian Northeast region. Cangaço, the maximum expression of violence, requires, for its understanding, Political Science analyzes, different conceptions of History and Memory, in addition to field and documentation research and evaluation of press information from the period of its existence. Studies of cordel literature or popular literature, require consulting libraries of hundreds of works by cordelistas, predominantly praising or criticizing that type of violence. At different times, cordel literature expresses what Ivan Cavalcanti Proença calls “The Ideology of Cordel”. For its understanding, it is necessary to study the concept of Folk-Communication, the only concept of Communication Theory that was elaborated in Brasil by the northeastern intellectual Luiz Beltrão.

¹ Professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e Pós-doutorado em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). E-mail: professoraluitgarde@gmail.com.

Keywords: Northeastern Sertão; Cangaço; Lampião; cordelistas or popular poets.

Introdução

O fenômeno cangaço, elemento e terminologia circunscritos ao sertão do Nordeste enquanto terminologia da violência social desencadeia, desde fins do século XIX, todas as manifestações de análises de letrados, como da nominada folkcomunicação, única teoria comunicacional criada no Brasil, pelo estudioso jornalista Luiz Beltrão. Segundo esse considerado pai dessa teoria, analfabetos e semiletrados desenvolvem formas próprias de COMUNICAÇÃO, como poetas e repentistas, pintores e artesãos, instrumentistas e contadores de histórias, teoria aplicada aos vates nordestinos que cantaram em versos as agruras do povo pobre submetido aos horrores das guerras entre senhores de terras e trabucos, além do flagelo da seca e das epidemias como a cólera, que ceifavam a vida da população. Essa mesma categoria de não letrados já se manifestava sobre os horrores da escravidão, a exemplo de Inácio da Catingueira, negro escravo analfabeto, poeta e cantador, se auto acompanhando de um pandeiro de couro muito enfeitado, célebre por sua peleja com o poeta e pequeno agricultor também analfabeto, o famoso – Romano da Mãe d'Água em Patos, Paraíba, em 1870.

Amado e admirado por seus contemporâneos e conterrâneos, teve seus versos por eles memorizados e publicados posteriormente pelos maiores cordelistas do Nordeste, como Leandro Gomes de Barros, Chagas Batista, Otacílio Batista, Ugolino do Sabugi e Silvino Pirauá. Esses imortalizaram, nas gerações de fins do século XIX, sua peleja (BARROS, 2018, pág. 8).

Em todo o sertão nordestino, ao som da viola, do ganzá ou do pandeiro, cantadores espalhavam as notícias atravessando léguas de caatingas, divulgando em feiras, festas e fazendas todos os acontecimentos daqueles torrões, enquanto inspirados poetas “cantavam histórias”, como os romanceiros portugueses divulgaram no Brasil desde o início da colonização nas Capitanias Hereditárias, nos tempos de Duarte Coelho e Jerônimo de Albuquerque (1534) em Pernambuco. Nas feiras e festas, sanfoneiros inspirados cantavam a saudade da terra, enquanto o aboio dos vaqueiros anunciava o fim do dia, recolhendo o gado solto na caatinga.

Entre histórias e memórias

Nos anos 40, criança vivendo no sertão de Alagoas, ouvia empregados analfabetos das fazendas contando histórias dos 12 Pares de França, da Donzela Theodora, falando de BOCAGE e de CAMONGE. Os mais velhos contavam histórias dos “antigos”, como minha bisavó materna, que morreu com mais de 100 anos em 1961, em noites de lua cheia contando sua infância em Pernambuco, ouvindo os sermões do Padre Mestre Ibiapina, que a crismou aos 14 anos, no Brejo da Mãe de Deus. Relembrava o bisavô muito velhinho, contando que, expulsos os holandeses

de Pernambuco, seus ancestrais não quiseram voltar para a Europa, se embrenhando nas caatingas com a família, se estabelecendo naquela região, de onde os descendentes fugiram para o sertão de Alagoas, durante o Movimento Nativista que insuflou em Pernambuco a “Guerra do Mata Galego”, no século XIX. Porém as histórias que nos arrepiavam eram as lembranças da invasão do Capim, em 1927, quando mais de 90 cangaceiros a cavalo entraram atirando, Lampião gritando: “Zé Veio, fi da peste, vou arrancá seu coro vivo, pendurado como bode!!!” Os detalhes da invasão fazem parte das pesquisas que realizei nas duas últimas décadas do século passado, para escrever a Tese de Doutorado, publicada em 2000, sob o título *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão*.

Percorrendo sete estados do Nordeste, lugares de atuação do bando de Lampião, fiz levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas com vítimas, policiais e autoridades. Em Santana do Ipanema o manancial de informações foi profundo, porque ali na sede do município se instalara o quartel do II Batalhão - tropas de combate ao cangaço, bem em frente à residência de meus pais, no bairro Monumento. Dali partiam as diligências e para ali eram levados os prisioneiros trazidos pelas volantes, muitos deles fuzilados fora da cidade, no Serrote Pelado. Do mesmo lado do quartel, descendo a ladeira do Monumento em direção ao comércio, estavam a casa do Coronel José Lucena Albuquerque Maranhão (comandante da tropa), quase vizinha da residência de Dr. Augusto, Juiz de Direito do imenso território santanense, fazendo fronteira com Palmeira dos Índios, até os povoamentos das margens do Rio São Francisco, como a cidade de Pão de Açúcar. Na parte baixa da cidade, com calçamento de lageiro (lagedo) até à beira do rio Ipanema (Panema na linguagem popular). Bem no “mei da rua”, se situavam os sobradões (moradias dos mais ricos), comércio, feira, cadeia da cidade, delegacia, cartório e, ladeada pela grande praça, a Matriz de Nossa Senhora Santana, seguida pela residência de “Seu Vigário – Padre Bulhões” que criou, com as irmãs que viviam com ele, o menino Sílvio Bulhões, enviado pelo cangaceiro Corisco, junto com a mulher Dadá.

Perto da Igreja morava Dr. Arsênio Moreira, primeiro médico estabelecido naqueles sertões, contratado pelo II Batalhão, para felicidade de todo o povo santanense, principalmente os mais pobres, que perdiam os filhos novinhos, de diarreia, tosse braba e toda espécie de doença que levava sempre mais de dois terços de recém nascidos. Adorado pelos matutos, o médico ensinou métodos de higiene à população, além de mostrar o efeito mortal do leite dado às crianças atacadas de desintéria. Pela primeira vez as mães foram orientadas a substituir o leite de vaca pelo leite industrializado “lacteína”, quando os filhos pequenos adoeciam. Atendendo a quem o procurava, a maioria dos matutos lhe trazia como pagamento peru, capão gordo, milho verde e o que tivesse de melhor nos seus roçados. Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, o médico extraía dente, fazia parto e pequenas cirurgias, receitava

homeopatia e tratava todos os doentes, incluindo os mendigos que batiam a sua porta. Em 1945 fui levada de carro de boi até Santana, com quase 4 anos de idade, quando não mais reagia a qualquer estímulo, mesmo escutando os visitantes dizerem que eu já era “anjinho”. Diagnosticada pneumonia pelo médico, vi pela primeira vez o tubo de soro, e todo o processo terapêutico, inclusive a sequência de banhos frios e quentes por ele pessoalmente aplicados.

O maior movimento em Santana se dava no sábado, com a feira frequentada por moradores de todos os povoados, ali vendendo ou comprando mercadorias, e resolvendo problemas no Banco do Brasil, Prefeitura, Fomento Agrícola, Cartório, Delegacia, além de recolhimento no Correio, pelos “principais” dos povoados, das correspondências da população analfabeta – seus empregados, autônomos e amigos. Era também o dia em que cegos e mendigos se concentravam na feira, muitos cantando tristes a própria miséria: “Meus irmão da caridade, não tenha pena de dá, esmolinha para o cego (alejado), que não pode trabaiá!” Perto das barracas de comida, se espalhavam cantadores de embolada ganhando “uma bicada” para benzer a cachaçada dos fregueses”: “Eu glosa o copo e a garrafa, e a cachaça não!” Em outro lugar da feira, um mendigo com o fole ganhava a vida tocando para os aficionados da concertina. Grande ajuntamento de pessoas em qualquer feira do sertão, com certeza tinha um vendedor de “livrinho de feira”, nome dado antes da denominação “literatura de cordel”, estabelecida pelos estudiosos, organizadores da Campanha de Defesa do Folclore. Nos pequenos povoados era comum o hábito de “pessoas que sabiam ler” possuírem coleções desses livrinhos, também chamados “romansos”, até finais da década de 40.

No fim da Guerra, em 1945 a família se muda para o povoado Capim, mantendo a casa do Monumento até inícios de 1947, quando adquire moradia em Maceió, passando à transumância de vida na capital no período das aulas, e volta ao sertão durante as férias escolares, enfrentando dois dias de viagem: de carro de boi e a cavalo do povoado para a sede do município, daí até Palmeira dos índios de “sopa” – (nome dado a um pequeno ônibus de madeira). Nessa cidade, na madrugada do dia seguinte se embarcava para a capital no trem da Great Western, atravessando a Zona da Mata até o Litoral, alcançado às 10 horas da manhã. Era um verdadeiro “banho de civilização”, aprendizado abrupto e intercultural de formas e compreensão de mundos tão distantes entre nós os “matutos” que chegávamos, e os “pracianos” que nos olhavam espantadíssimos horas depois, quando chegou o “caminhão da mudança” com imensa lotação, nela incluído um carneirinho, porque o filho mais novo da família não suportaria a mudança sem estar “agarrado” no Mimoso, até “pegar no sono”.

Hoje, oitenta e cinco anos após “aqueles tempos”, o território do antigo município santanense está dividido em dez municípios conectados por estradas de rodagem, enquanto no

tempo dos cangaceiros (1916 - 1938) mais de 90% das viagens para a e da sede eram feitas em carro de boi, a cavalo e a pé.

Desde 1917, ainda não se tendo estabelecido o II Batalhão, o município de Santana do Ipanema era assaltado pelo Bando dos Porcino, invadindo os povoados. Em 1919 o Intendente de Santana do Ipanema, André Ferreira da Silva encarrega seu filho Ferreirinha, de convocar homens dispostos a se arregimentarem sob seu comando para, recebendo armamento da autoridade, darem combate a esses cangaceiros que estavam nos povoados Chicão e Poço das Trincheiras, assaltando a população. A essa convocatória o inspetor de quarteirão do povoado Capim - José Ferreira de Melo (vulgo Zé Véio), parente do Intendente, marcha com Ferreirinha, dando fogo na cabroeira dentro do Poço das Trincheiras, mirando num dos cabras que tomava uma bicada, chamado Lampião, que já era cego de um olho, já ali começando sua saga cangaceira em Alagoas. Oito anos depois em 1927, no comando de mais de 90 homens montados a cavalo, Lampião invade o Capim para se vingar de Zé Véio, como registro no início do texto.

A saga do cangaço já fora divulgada pelos grandes cantadores do sertão nordestino, como Silvino Pirauá de Lima (1848 – 1918), Leandro Gomes de Barros (1865-1918), Francisco das Chagas Batista (1882 – 1930), João Martins de Athayde (1880 – 1959), apresentando Antônio Silvino, como um cangaceiro que procurava justiça, respeitando as mulheres pobres que tinham de alimentar a cabroeira faminta. Em contraponto, esses cantadores, ainda muito influenciados pela criação do mundo beato no sertão entre 1853 e 1883, quando o Padre Mestre Ibiapina missiona os sertões de cinco Estados nordestinos: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí, pregando a criação do mundo de paz anunciado por Cristo, combatendo a violência da escravidão e das armas dos poderosos, esses poetas denunciam a violência do cangaço de Lampião. Nasce uma nova ideologia católica que, condenando toda forma de violência contra os filhos de Deus, como escravidão, uso dos trabalhadores como “cabras” dos poderosos em suas lutas pelo poder, e das mulheres pobres como suas prostitutas, centra no trabalho e na obediência aos mandamentos da Lei de Deus – “sem tergiversação” a única forma de vida honrada, cuidando de todos os seres humanos como irmãos (MARIZ, Celso -Ibiapina: Um Apóstolo do Nordeste. 3ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997). Sobre o Padre Ibiapina, Leandro Gomes de Barros publica: *Defesa Feita Pelo Doutor Ibiapina em que se livrou da Força um Réu já sentenciado*.

Guiado por essa nova concepção de mundo, Francisco das Chagas Batista escreve versos reprobatórios da violência cangaceira, nos cordéis: *Os novos crimes de Lampião* e *Conselhos do Padre Cícero a Lampião*:

Todos chefes de bandidos

Do nordestino torrão,
Obedecem a diretriz
Do coronel Lampião,
Porque ele é o mais forte
Dessa nefanda cohorte
Que infesta o alto sertão (BARROS, 2008, pág. 212).

João Martins de Athayde, no folheto “Lampião em Vila Bela”, poetisa:
É um tormento horroroso
essa tal situação,
da gente não poder mais
viajar pelo sertão
pra encontrar no caminho
indo cair direitinho,
nas unhas de Lampião

Parece até brincadeira
essas notícias fatais
que se lê diariamente
nas colunas dos jornais
vive tudo aborrecido
de se ver este bandido,
fazendo coisas demais
.....
O sertão está tornado
num lugar sem garantia
ninguém pode viajar
nem passar na travessia
é um suplício danado
porque se é emboscado
a qualquer hora do dia (IBID., pág. 212-213).

Sobre Lampião, Francisco das Chagas Batista publica ainda os cordéis: *A História do Capitão Lampeão; O Marco de Lampeão*.

Naquele período, intelectuais nordestinos, como o médico nascido no Juazeiro do Padre Cícero - Xavier de Oliveira, radicado no Rio de Janeiro, publica em 1920 o livro *Beatos e cangaceiros*. Na mesma década alagoanos como Estácio Valente de Lima, Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, e o então estudante dessa faculdade - Arthur Ramos, publicam na imprensa artigos com reflexões sobre o fenômeno cangaço, procurando analisar o sistema social e suas vinculações com a violência do período, que se arrastava desde a virada do século XIX. Preocupados com os efeitos da violência cangaceira na sociedade, letrados nordestinos como Gustavo Barrozo (*Almas de Lama e de Aço – Lampeão e outros cangaceiros*, 1930 e *Heroes e Bandidos*, 1917) na República Velha se associam à tendência da alta hierarquia católica, de associar o cangaço ao Padre Cícero, na construção da imagem de um padre ganancioso que até proibia a escolarização de seus seguidores. Essa imagem é reproduzida pelo intelectual não nordestino, o paulista membro do Movimento Educação Nova - Lourenço Filho, no livro “Juazeiro do Padre Cícero”. Era o ano de 1922, quando ele vivia em Fortaleza, no cargo de

Diretor da Instrução Pública e professor da Escola Normal de Fortaleza, convidado pelo governante daquele Estado.

No episódio da Coluna Prestes em 1926, quando o médico baiano Floro Bartolomeu da Costa já vivia no Juazeiro, eleito deputado Federal representando o Estado do Ceará na Câmara Federal, completa-se a propaganda do Padre fanatizador que “convoca Lampião e lhe dá patente de Capitão, para combater o Comunista Carlos Prestes”, “versão” até hoje divulgada por alguns “cangaceiristas”.

Também na década de XX, o intelectual alagoano – Pedro da Costa Rego, irmão do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro – Rosalvo Costa Rego, pede demissão do Cargo de Redator Chefe do Correio da Manhã e, voltando para sua terra natal em 1923, dedica-se à política, tornando-se governador do Estado, de junho de 1924 a junho de 1928, exatamente no período em que Lampião se estabelece como o chefe do cangaço em Alagoas. Famoso pelas críticas políticas e econômicas ao sistema governamental, desde o início de sua carreira jornalística na Gazeta de Notícias com 18 anos de idade quando termina os primeiros estudos no Colégio São Bento (1906), em Alagoas vai se destacar imediatamente pela expressa repulsa ao banditismo de qualquer espécie, principalmente o CANGAÇO. Entre as centenas de entrevistas feitas em Alagoas sobre o cangaço, registrei depoimentos do filho do coronel Lucena - Wilson Lucena e de pessoas de diferentes classes sociais e credo político. Com variação de alguns detalhes, todos se referiam ao Coronel Lucena como alguém de caráter duro, “homem de 1ª informação”, mas cumpridor de seus compromissos. Sua história começa, segundo alguns depoimentos, como os de seu filho – Wilson Lucena, com o relato sobre o Governador Costa Rego perguntando a um assessor no Palácio dos Martírios: “Quem de vocês conhece um policial de respeito aqui no Estado, para vir aqui conversar comigo?” Alguns responderam: “O Sargento José Lucena Albuquerque Maranhão é um homem direito, recomendado pelos “grande de Viçosa”, onde ele vive, tendo nascido em Quebrangulo. É unanimidade nos relatos, o comentário do Governador, pensativamente: “É de uma grande família de homens de valor. Tragam ele aqui.” Interrogado longamente pela autoridade, ouviu suas expressões de condenação aos “malfeitos” de roubo, coiteiro de mau elemento, assaltantes de estrada, plantadores de liamba (maconha), desrespeitadores das famílias de trabalhadores, ladrões de galinha e bode de seus vizinhos, mentirosos e, como o pior de todos esses criminosos, CANGACERO! Concordando com toda a relação de “maus procedimentos”, o Sargento aceita ser o homem de confiança da autoridade, saindo da Zona da Mata e do Litoral, para viver no Sertão, executando suas ordens, que são drásticas: “Todo cabra ruim dessas qualidades, prenda e me comunique!”

Até o fim do cangaço Lucena se tornou o personagem mais conhecido dos sertões do Nordeste, enquanto Costa Rego se manteve nas duas paixões de sua vida, Jornalismo e Política,

ocupando cargos na Capital da República. Articulando-se com governadores de Pernambuco e Paraíba, de onde estivesse, na imprensa, na Câmara ou no Senado Federal, apoiava as políticas de combate ao crime. Defendendo os mesmos princípios, o Governador da Paraíba João Suassuna, e de Pernambuco – Estácio Coimbra, garantiram em seus estados perseguição ao cangaço, tornando- Alagoas, Pernambuco e Paraíba, os lugares de maior combate aos cangaceiros. Na Paraíba, José Pereira, chefe político de Princesa, ajuda os Nazarenos arruinados pelo bando de Lampião, apresentando membros da Família Flor ao importante Diretor dos Diários Associados de Pernambuco – Pessoa de Queiroz, que consegue do governador a oficialização das volantes de Nazarenos, como policiais financiados pelo Estado, ao mesmo tempo que lhes deu autonomia para organizarem suas próprias volantes. Muitos desses volantes ingressaram na Polícia de Pernambuco. O mais famoso Nazareno, Odilon Flor, era poeta repentista, espalhando em todo o Sertão do Nordeste, os versos cantados:

Lampião diz que é valente,
É mentira, é corredô!
Correu na mata escura,
Que a poeira alevantou!

No dia 08 de outubro de 1983, vivi a emoção intelectual de entrevistar, durante toda a tarde, o lendário “Cavaleiro da Esperança,” a quem me dirigi todo o tempo como SENADOR, por ter sido aquela personagem o Senador mais votado do Brasil nas eleições pós “queda da Ditadura de Getúlio Vargas”. Estávamos no primeiro Governo Brizola no Rio de Janeiro, que recebera em seu partido os mais perseguidos e anistiados comunistas, como o recém-eleito Deputado Afonso Celso (Afonzinho) naquele momento num hospital do Rio vítima de grave acidente, quando o entrevistado e eu – seus visitantes, pudemos “viajar no tempo” sem o conceito de “História como versão”. Era um trabalho com exigência da Etnografia, entendida como “pesquisar em profundidade” os sentimentos de quem viveu a “concretude da existência”, submetida às diferentes formas de organização social. Iniciei a entrevista com a pergunta: “Como o Sr. explica o fracasso de todas as suas estratégias desde a Coluna”? Sua imediata resposta: “Naquele tempo o Brasil não tinha Faculdade de Filosofia, nem História, nem Sociologia, nem Antropologia, nem Geografia! Fiz estratégias para o Brasil que eu pensava que era”.

Quando lhe perguntei se o Padre Cícero pusera em seu encalço o “dando-lhe patente de capitão - cangaceiro Lampião”, o comandante do Levante Militar na República Velha imediatamente me ordenou:

Seja uma pesquisadora! A Sra. “imagina” que dois...como Arthur Bernardes e Setembrino de Carvalho, iam por o destino desse país, nas mãos de um humilde pároco de aldeia? Vá ali na Cinelândia, nos Arquivos do Clube Militar, e descubra nos documentos, quem deu patente a bandido para perseguir a Coluna Prestes! O Padre

Cícero foi o único homem que me tratou com respeito naquele tempo. Em sua ingenuidade enviou um Positivo (portador) com uma carta me propondo que depositasse as armas que ele me garantiria a vida (BARROS, 2018, pág. 259 – 261)

Para completar suas informações, me indicou a leitura do livro de Lourenço Moreira Lima – que ele nomeara “escrivão da marcha da Coluna”, intitulado: *A Coluna Prestes Marchas e Combates*. Sobre esse tema, usado pela imprensa e muitos escritores desde aqueles tempos, recomendo também a leitura da obra de Lourival Coutinho: *O general Góes depõe*. Tenho a 2ª Edição, de 1956, pela Livraria Editora Coelho Branco. Rio de Janeiro, 1956.

Seguindo as recomendações do “Comandante”, durante seis meses - com dois bolsistas da FAPERJ, copiamos toda a documentação registrada nas Atas do Clube Militar. Ali está o registro da luta renhida de militares denunciando e condenando a concessão de patentes militares a “grandes chefes de bandidos”, como Horácio de Matos, o riquíssimo dono em Lençóis, da exploração de pedras preciosas da Chapada Diamantina na Bahia, que recebeu a patente de General em troca de por seu “exército” de cinco mil jagunços (nome correspondente a cangaceiro ou cabra no restante do Nordeste), na perseguição à Coluna, até à fronteira do Paraguai. No livro *O general Góes depõe*, ele explicita toda essa estratégia, concluindo que enviara ao local da fuga dos derrotados a Polícia de São Paulo, para que ela fosse a vitoriosa tropa que, em nome do Estado Brasileiro, expulsara do país a Coluna Prestes. Personagem dessa estratégia, o Deputado pelo Ceará – Floro Bartolomeu da Costa recebe também a patente de General e, como confirmei em pesquisas na Fazenda Piçarra (propriedade do conhecido coiteiro e depois inimigo de Lampião – Antônio da Piçarra), e seu José Casimiro no Juazeiro, que levara Floro de carro para aquele encontro, não houve qualquer participação do Padre Cícero nesses conchavos. Nesse período não encontrei cordelistas associando o Padre Cícero ao Cangaço. Consultando-se “Catálogos de Folhetos” durante a vida do Padre Cícero, verifica-se a predominância do religioso, da santidade do “Santo do Juazeiro”, e das tradicionais aventuras e recomendações sobre agricultura, o bem contra o mal, e a adesão progressiva às novas notícias da imprensa.

Uma das dificuldades de análise científica do fenômeno cangaço, além das lutas entre fortalecimento do Estado versus luta da Igreja pela partilha de poder na República Velha, é a singularidade da cultura nordestina com a seca interferindo em toda a região, onde se lutou, desde o século XIX pelo desenvolvimento regional, em diferentes movimentos políticos e econômicos. Nas primeiras décadas do período republicano, além da Guerra de Canudos que destruiu todo o Nordeste, a seca de 1915, objeto de forte desenvolvimento da literatura regional, foi também o período de início nas capitais, do movimento anarquista, desde as primeiras tentativas de industrialização, que chega ao sertão do São Francisco, com a utilização

da energia da Cachoeira de Paulo Afonso, quando Delmiro Gouveia instala luz elétrica e cria a primeira fábrica, construindo estradas para a capital, e municípios vizinhos como Mata Grande e Água Branca. No mesmo período as romarias para o Juazeiro do Padre Cícero estabelecem o desenvolvimento dos engenhos do Cariri cearense, enquanto o Padre Cícero, utilizando seu prestígio, se envolve politicamente em projetos com pessoas importantes da Capital da República, como o intelectual Moura Brasil – Presidente da Associação de Agricultura no Rio de Janeiro, para a instalação em todo o interior sertanejo, de políticas de desenvolvimento econômico. É no Juazeiro que se instala a primeira Escola Normal Rural, de preparação de professoras especializadas na educação de filhos de agricultores e artesãos. O criador da primeira Usina de Açúcar de Alagoas – Barão de Vandsmet, constrói sobradão no centro do Juazeiro, para levar ao Padre Cícero mudas da cana caiana, aperfeiçoamento para os canaviais do Cariri, e Delmiro Gouveia presenteia o Protetor dos Miseráveis Sertanejos, com o Boi Mansinho, primeiro exemplar de Touro da raça Nelore, para melhorar o criatório de “Gado Pé Duro” do Cariri. Na República Velha indústrias de aproveitamento do algodão, como fábricas de tecido, se espalham na zona do São Francisco em Sergipe, em Maceió e em vários municípios da zona Litorânea, como Rio Largo e Fernão Velho, o mesmo acontecendo em municípios de outros Estados, como Rio Grande do Norte. O Nordeste, como muito bem foi descrito pelo professor da Universidade do Brasil Vítor Nunes Leal em sua obra “Coronelismo Enxada e Voto”, teve sim desenvolvimento industrial, porém mantendo o que o intelectual ex-governador de Pernambuco, ex-Presidente da ABI e co-fundador do PMDB no fim da Ditadura Militar – Barbosa Lima Sobrinho, primeiro Presidente do IAA denominou “Indústria do Cangaço”, em reunião no Recife com o Interventor de Alagoas Osman Loureiro e o Interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães, em 1938.

Criado por Getúlio Vargas em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool/IAA, imediatamente em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro empresários iniciaram um movimento de políticas de desenvolvimento da agricultura voltada para a industrialização da cana de açúcar, solicitando investimentos daquele órgão federal. No Nordeste muitos governantes, no mesmo período, apostaram em pedidos de verbas federais para combate ao Cangaço (contratação de volantes e armamento). Outros requerimentos de verbas federais eram rubricados como indenização aos fazendeiros, comerciantes, agricultores e donos de vapor de beneficiamento do algodão para as fábricas de tecido, objetos de saque e incêndios perpetrados pelos cangaceiros, sem que se tivesse notícia de qualquer vítima desses ataques que tivesse recebido ajuda governamental para tentar reorganizar a vida. Numa verdadeira razia de destruição do comércio, indústria e agricultura, principalmente no sertão, os cangaceiros se especializaram em destruir as redes de telégrafo e o patrimônio de quem

trabalhava, sem falar nos sequestros de pessoas, arrancando pelas armas todo o patrimônio das famílias vitimadas. Pressionados por patrões protetores de Lampião, muitos de seus empregados nas fazendas eram obrigados a receber nas casas de morador, cangaceiros que apanhavam armas, munições e produtos encomendados por Lampião a autoridades com ele comprometidas. Logo policiais corruptos identificavam essas pessoas como “coiteiros” de Lampião, tornando insuportável a pressão sobre a família: de um lado cangaceiros interferindo na tradicional forma de vida dos mais pobres, de outro, patrões e polícias expondo-os à censura de seus próprios companheiros de classe social mais pobre. Para escapar dessas dificuldades, iniciaram um movimento de fuga para São Paulo e as capitais onde pudessem sobreviver sem tanta pressão de ameaças, o que se tornou um movimento de esvaziamento do campo para as cidades.

Na década de 30 muitos intelectuais nordestinos como Manoel Bomfim, Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Fábio Luz, Hermes Lima, Pedro Ernesto e Almachio Diniz, se mudam para o Rio de Janeiro, para se integrarem na luta pela Educação que promovesse na sociedade brasileira mudanças nas concepções de mundo, principalmente na condução política que corrigisse práticas tão atrasadas na condução governamental, como as vigentes nos Estados apoiadores do Cangaço. Proclamavam a necessidade de criação de Universidades no Brasil, para diversificar pensadores nacionais, para além da formação em Direito, Medicina, Sacerdócio e Carreira Militar.

A Revolução de 30 mobilizou toda a população do país, quando “os gaúchos” marcham em direção à Capital Federal, para depor a “República Velha” e sua “Política do Café com Leite”, com a centralização do poder em apenas três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Denunciavam suas “eleições no bico de pena” para manter o mesmo sistema de governança com o mandonismo de chefes políticos do nível dos protetores do Cangaço no Nordeste. O Governo reage convocando todas as Forças Armadas do país, o que inclui as polícias daqueles três Estados Nordestinos que combatiam o Cangaço, deslocando também as Volantes de Pernambuco, Alagoas e Paraíba para o combate aos “revoltosos”. O “levante de 1932” pela independência de São Paulo já no Governo Vargas, repete a convocação de todas as Forças Armadas, o que dá a Lampião pleno domínio nos sertões do Nordeste, uma vez que o Governador da Paraíba – João Suassuna foi assassinado em 1930 no Rio de Janeiro e, em Princesa, Zé Pereira se opõe ao candidato a Vice-Presidente de Getúlio Vargas em 1929 (João Pessoa é assassinado), o que resulta em verdadeira guerra contra o Estado da Paraíba, com a derrota e expulsão desse outro inimigo do Cangaço. Restavam Pernambuco e Alagoas para a continuação do combate a Lampião, que tinha ricos e poderosos protetores em Sergipe, Bahia e Ceará.

O Rio Grande do Norte estava dividido desde 1927, quando Lampião, invadindo aquele Estado, saqueia vários lugarejos, visando a tomada da importante cidade Mossoró, indicada por seus protetores e coiteiros, como muito rica. Aquela aventura custou ao Cangaceiro a grande derrota imposta pela população armada em defesa de sua cidade, sob a condução das mais ricas famílias do lugar— Fernandes e Rosado, e ao Estado, a divisão entre protetores e perseguidores de cangaceiro.

Estabilizado, o Governo Vargas inicia a modernização do país se articulando com as políticas da Europa e dos Estados Unidos, de controle da população das capitais e regiões mais desenvolvidas, onde as reivindicações das novas categorias de trabalhadores (os operários) exigiam melhorias em suas relações com patrões e autoridades, defendendo direitos iguais para toda a população, o que já se fizera presente nas eleições de 1929. Naquele período já se faziam presentes no embate eleitoral os Anarquistas e o Partido Comunista, tendo rompimento divisório entre os que apoiaram Vargas e o “BOP -Bloco Operário Camponês”, que concorreu nas eleições com o primeiro candidato à Presidência da República um operário - Minervino de Oliveira, com larga propaganda do intelectual alagoano Octavio Brandão, em todas as fábricas do Rio de Janeiro. Sem protesto do Partido Comunista, em 1931 Vargas prende e faz o banimento da família composta por Octavio Brandão, sua companheira Laura Brandão e suas filhas – 3 crianças de até 10 anos de idade, sem documentos nem destinação possível. Na primeira parada do navio na Europa, os comunistas da Alemanha transferiram a família para a Rússia, onde permaneceu até 1946, após a queda da Ditadura Vargas.

Às vésperas das eleições de 1938, Vargas cria o Estado Novo em 1937, dissolvendo o Senado, Câmaras Federais e Estaduais, terminando também eleições para governos estaduais, substituídos por Interventores por ele nomeados. Na descrição anterior, onde escrevo sobre o encontro entre os Interventores de Pernambuco (Agamenon Magalhães) e de Alagoas (Osman Loureiro) e o Presidente do IAA (Barbosa Lima Sobrinho) no Recife em 1938, esclareço que os dois interventores eram políticos intelectuais, conhecidos como refratários ao Cangaço. Osman Loureiro - político e industrial da zona canavieira, sem qualquer vínculo com a vida dos sertanejos alagoanos com a presença de Lampião e seus perseguidores (volantes), ou protetores (governantes, industriais, policiais ou autoridades jurídicas corruptas), estava interessado nos efeitos da produção do açúcar nas Antilhas sobre os preços em queda do produto brasileiro, principalmente no Nordeste.

Na década de 90 entrevistei no Rio de Janeiro o escritor alagoano Maya Pedrosa, assessor de Barbosa Lima Sobrinho no IAA e, posteriormente em todos os anos de lutas desse intelectual pernambucano à frente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Segundo seu relato, naquela reunião estavam presentes além dos três já citados - o Secretário de Segurança

Pública de Pernambuco – Etelvino Lins e, representando Alagoas: Costa Rego, Valente de Lima e Emílio de Maya, filho de Alfredo de Maya, que declarou em Alagoas em 1921:

O cangaço impenitente comprometia o Governo, por envolver algumas figuras importantes. Tratava-se de desenvolver uma ação militar conjugada a medida de ordem jurídica, policial e política, sobre os coiteiros e protetores.

Quando o Presidente do IAA afirma que o Governo Federal gasta o mesmo dinheiro que destina aos empresários do açúcar do Sudeste atendendo às solicitações de governos do Nordeste para o combate ao Cangaço, criando a expressão “Indústria do Cangaço”, Osman Loureiro, Emílio de Maya e Costa Rego manifestam mais firmemente a necessidade de extermínio do cangaço. Na mesma reunião as equipes dos dois Estados preparam a reivindicação para o Nordeste, da partilha do protecionismo econômico do Estado Nacional concedido aos usineiros do Sudeste, ao mesmo tempo que decidem o golpe decisivo contra o cangaço.

No dia seguinte o Diário de Pernambuco estampa manchete com declaração de Agamenon Magalhães sobre o FIM DO CANGAÇO através da condenação de PROTETORES e COITEIROS de LAMPIÃO em todo o NORDESTE. Entrevistando em Maceió Wilson Lucena e em Riacho Grande o batedor das volantes do Cel. Lucena – Manoel Aquino, ouvi a mesma informação de que o Comandante do Segundo Batalhão de Santana do Ipanema, fora chamado a Maceió em julho de 1938 onde recebera a ordem do Governador (Interventor Osman Loureiro) e do Secretário de Segurança, que lhe deram o prazo improrrogável de 30 dias, para que Lampião fosse eliminado (BARROS, 2007).

Nas últimas páginas desse livro descrevo entrevistas com participantes do fim do Cangaço com a cilada armada por um de seus protetores, nas narrativas Tenente João Bezerra, no dia 27 de julho de 1938, se encontrando com várias volantes em procura de Lampião e seu bando, como os Nazarenos, todos procurando seus inimigos acoitados em Sergipe, sob a proteção de seu poderoso Protetor, o Governador Eronildes de Carvalho. Armados de poderosas metralhadoras fornecidas pelo governo pernambucano, os irmãos Flor – Odilon e Euclides, encontram o Sargento João Bezerra, com Aniceto e Chico Ferreira, se dizendo em procura de uns ladrões de cavalo, e lhes pedem emprestadas as metralhadoras, em nome dos acordos de ajuda mútua das volantes na perseguição a ladrões e toda espécie de crimes. No dia seguinte, 28 de julho, se defrontam com João Bezerra carregando as cabeças dos cangaceiros, anunciando os dois como aqueles que identificarão a cabeça de Lampião.

Década de 50 – Cangaço, Cordel, Arte e Política

No período das aulas, morando na Rua Dias Cabral, bem atrás do Teatro Deodoro e da Praça Deodoro, desfrutávamos ainda do Cinema Royal, numa verdadeira paixão pelas matinais,

quando a criançada acompanhava os seriados do cinema americano, torcendo pelos caubóis, e se embecendo da nova tecnologia que nos mostrava outros mundos muito distantes daquele que nos esperava de dezembro a fins de fevereiro, e em todo o mês de julho. Em Maceió frequentávamos o Mercado da Levada, principalmente a Feira do Passarinho, quando levávamos horas trocando figurinhas para os álbuns de coleções de jogadores dos times de futebol, vendíamos e comprávamos gibis e escutávamos os cantadores de cordel que mantinham multidões de interessados em conhecer o desfecho das histórias que escutávamos. Mas já ali as histórias mais difundidas eram dos personagens que ocupavam as notícias dos jornais e do rádio, como *O Bandido da Luz Vermelha*, num crescendo de expectativas, verdadeira torcida, bem à moda das novelas das rádios. Só os aficionados do antigo livrinho de feira compravam *Alonso e Marina*, *Cancão de Fogo* etc. As festas da Praça do Pirulito e as retretas da Praça Deodoro atraíam multidões, principalmente de jovens apaixonados pelos pastoris e todas as manifestações folclóricas da cultura nordestina. Intelectuais como a Professora Linda Mascarenhas criando a ATA/ Associação Teatral de Alagoas, encaminhavam os interessados na arte teatral no treinamento artístico, que se desdobrava em movimentos mais ousados, como o interesse pela cinematografia. Maceió já tendo a Rádio Difusora de Alagoas, muitos jovens sonhavam ser locutores ou cantores de rádio, enquanto outros desejavam ser atores de teatro e cinema, constituindo verdadeira fixação daquele tempo, assistir os mais famosos filmes do mundo, incluindo a importância da Vera Cruz, com filmes brasileiros.

Nas eleições de 1950 a UDN (União Democrática Nacional) derrotou Campos Teixeira, candidato do primeiro Governador eleito em Alagoas depois da queda de Vargas - Silvestre Péricles de Góes Monteiro, com larga margem de votos, para espanto de muitos, porque fora em seu governo que Maceió dera o salto modernizador, com a criação da Rádio Difusora de Alagoas, do Corpo de Bombeiros e da distribuição de água encanada para todas as moradias da população da capital. Quando chegamos em Maceió apenas as pessoas mais ricas tinham condições de levar para o interior de suas casas água potável. A encanação de água era levada até à calçada, onde havia uma pequena cisterna com torneira, e era chamada “pena d’água”. Os moradores ali apanhavam água em baldes e levavam para “o gasto” da família. Silvestre Péricles destinou verba para a Companhia de Água de Maceió desmanchar toda pena d’água, e levar a tubulação a cozinha e banheiros de todas as residências, tendo a população beneficiada 10 anos para pagar aquele investimento, sem juros. Eleições muito disputadas, se elegeu governador Arnon de Melo e o Senador Ezequias Jerônimo da Rocha (08/12/1898 – 04/04/1983) médico nascido em Sertãozinho, formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Na votação para Deputado Estadual, o candidato mais votado foi o Coronel José Lucena Albuquerque Maranhão, pelo PTB. Ferrenho opositor à UDN, meses depois foi eleito Prefeito de Maceió, com mais de

80% da votação. Até então os prefeitos das capitais eram nomeados pelos governadores, sendo, portanto, o Coronel Lucena o primeiro prefeito eleito da capital, como gesto de gratidão daquele povo por sua atuação no fim do cangaço em Alagoas.

Em 1953, usando o pseudônimo “Mestre Zabelê”, o senador Ezechias da Rocha publica o cordel *Para Havê Paz no Sertão* em cuja capa, além da foto do cangaceiro, se lê: “vote Lampião Gunvernadô do Brasil”. Explicando sob asterisco quem era Mestre Alexandre Zabelê, escreve: “Mestre” Alexandre Zabelê era poeta repentista, cantador, sanfoneiro e violeiro e sempre acompanhou Lampião. Era um dos homens de confiança do Rei do Cangaço.

Há mais de 40 anos tendo emprestado um exemplar desse cordel que nunca me foi devolvido, recorri a meu irmão Nireu Oliveira Cavalcanti, Arquiteto escritor com Doutorado em História UFRJ/Universidade de Lisboa, expert em pesquisa digital, que localizou cópia na Internet.

Pelas regras de número de páginas desta convocatória, escolherei alguns dos 10 versos de 8 linhas que compõem esse cordel.

Para havê paz no sertão
E a gente pudê vivê
E os mato pudê crescê,
E as muié pudê rezá,
E os matuto trabaiá
Com gosto e sastisfação,
Percisa que Lampião
Venha o povo gunverná.

.....

Para havê paz no sertão
E os inverno pudê vi,
E as lavora produzi,
E acabá-se com o calô,
Escardante, abrazadô
Das fornáia do verão,
Percisa sê Lampião
O nosso gunvernadô.

.....

Para havê paz no sertão
E as chuva pudê caí
E a dinheirama tini
Nas burra dos coroné,
Nas bisaca das muié,
Nos borsos dos capitão,
Percisa que Lampião
Faça tudo o que quisé.

.....

Para havê paz no sertão
E as moça pudê prosá
E os rapaz pudê casá
E o povo pudê se ri
E os menino diverti,
É perciso uma inleição
Pra fazê de Lampião

Governadô do Brasil (ZABELÊ, 1953).

.....

Também recebi de Nireu artigo publicado em O JORNAL do Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1953 em primeira página com conclusão na 9ª, sob o título *Poesia popular e poesia caipira*. Assina a matéria o mais importante folclorista alagoano – Dr. Théo Brandão, médico formado na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em 1939 incorporada à recém criada Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Famoso por suas pesquisas e publicações sobre o Folclore em Alagoas e no Nordeste em geral, amigo de Câmara Cascudo com quem partilhava ideias, frequentando juntos em 1947 reunião, quando se cria a Comissão Nacional de Folclore, em 1951 - o I Congresso Brasileiro de Folclore no Rio de Janeiro e, em 1958, no Governo Juscelino Kubistchek, assinam a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Com sua conhecida gentileza de escrita, o folclorista disserta sobre a diferença entre poesia popular e poesia caipira. Citando o Senador Ezechias da Rocha, louva o uso da literatura popular pelo médico senador em versos de propaganda de vacinação, quando diretor de Saúde Pública em Alagoas, mas carrega na crítica ao excesso de palavras erradas contido no citado *Para Havê Paz no Sertão*. Diferenciando poesia popular de poesia caipira, Dr. Théo descreve a primeira como inspiração e forma própria de expressão do povo, enquanto sobre a poesia caipira, afirma:

É este o mesmo engano em que incidiram e incidem todos aqueles que só enxergam na poesia popular o gaiato e o picaresco, o meloso ou o falso lirismo que as gírias naturais possam encerrar, gaiato meloso exagerado por certos cultores do gênero chamado caipira ou “sertaneja” que diz aí fora, em estações de rádio, em festinhas familiares ou pseudoliterárias, sobretudo quando chega a época junina com a não menor contrafação e que constituem as Festas de S. João na Roça (BRANDÃO, 1953, pág. 1 e 9).

Pesquisando o cangaço em Poço Redondo (Sergipe), conheci o poeta Alcino Alves Costa, grande conhecedor do cangaço, sobrinho do cangaceiro Zabelê, do grupo de Lampião que, conseguindo fugir do coito no massacre de Angico, “abriu no mundo para os lados do Maranhão”, e nunca mais a mãe de Alcino teve notícias do irmão poeta cangaceiro.

Naquele mesmo ano de 1953 o Brasil vibra com o primeiro prêmio do cinema nacional, com o filme *O Cangaceiro*, no Festival Internacional de Cannes. Escrito e dirigido por Lima Barreto, com diálogos da famosa escritora cearense Rachel de Queiroz, tornou a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, a mais importante do país. Recebendo o prêmio de melhor filme de aventura e melhor trilha sonora, o cinema nacional mostrava a capacidade cinematográfica procurada por atores e diretores, de alcançar o nível tecnológico do cinema americano, conquistando plateias em todo o mundo. Só na França, o filme ficou em cartaz cinco anos.

Em Maceió todos as pessoas envolvidas com teatro assistiam o filme repetidas vezes. Meu irmão Emmanoel, pertencente à ATA, viu tantas vezes o filme, que passou a repetir,

representando cada cena nas reuniões dos colegas de teatro, que terminou reproduzindo cenas do filme para a própria família, até o dia em que mamãe protestou: “Para que transformar tanta miséria contra os filhos de Deus em diversão, só para ganhar dinheiro? Ninguém que passou as desgraças daquele tempo quer se divertir com isso. Não venha mais com essas marmotas de cinema.”

Para espanto de todos nós, caindo como uma bomba, revelou que fora sequestrada por Lampião, ela, uma irmã e a esposa de um tio, na invasão do Capim, aqui já referida, em 1927, com a exigência do cangaceiro, de dez contos de réis, para serem libertadas. Adolescente de 12 anos de idade, fiquei chocadíssima com a revelação, não tendo coragem sequer de fazer perguntas, paralisada como os irmãos. Desde esse dia passei a abrir todas as gavetas dos móveis da casa, procurando não sabia o que, até que me deparei com a fotos das cabeças dos cangaceiros expostas num pequeno monumento em frente ao antigo Quartel do Segundo Batalhão, bem em frente de nossa antiga casa em Santana do Ipanema. Mostrando aos irmãos, nos juntamos e fomos mostrar a mamãe o achado, querendo saber o que era aquilo, ao que ela respondeu: “Esta é a miséria do mundo, quando os homens esquecem a grandeza de Deus e se entregam às ganâncias que só servem para os criminosos que trazem a desgraça para os filhos de Deus!”

Além da narrativa sobre aqueles fatos, com o pedido de esquecimento da história, soubemos de sua gratidão ao cangaceiro pelo respeito com que tratou as sequestradas. Quando da chegada das cabeças em Santana, ela foi ver a exposição e, apesar de muito danificada a cabeça pelo corte do pescoço e o tempo mergulhada em querosene, identificou Lampião e rezou por sua alma. Quando resolvi escrever sobre o Cangaço, sendo ela falecida, procurei todos os sobreviventes seus amigos e testemunhos daquele tempo, que muito espantados falaram: “Se você que é filha não sabe daqueles tempos, é porque não é para ser sabido!” Explicando-lhes que recebera dela e de seu irmão mais novo aquela narrativa, porém, se tratando de uma pesquisa acadêmica, era necessário o depoimento de quem viveu aquele momento, para testagem de informações. Ouvi então de seu Miguel Bulhões e sua irmã dona Auta, amigos de mamãe, não só a confirmação de cada detalhe ouvido há anos, como a descrição da despedida de Lampião quando viaja para o Poço da Cacimba levando a tia e mamãe (tia Ibrantina era obesa e não conseguiu subir no cavalo), como reféns até a chegada do dinheiro, porque Lampião “pressentiu” a chegada de uma volante em seu encalço. Juntando a população (seu Miguel e dona Auta bem perto de mamãe), Lampião, já montado a cavalo, falou: Todo mundo é testemunha como o Capitão Virgulino cuidou da honra dessas mulé.

“Se algum dia alguém dissé que eu toquei num cabelo delas, venho aqui e mato até menino de peito!”

O interesse pelos estudos do cangaço me colocou, a partir da vinda para o Rio de Janeiro há 59 anos, em contato com a vasta literatura sobre o tema, observando ao longo do tempo, o surgimento de teorias cada vez mais distantes de pesquisas etnográficas de busca da realidade vivida concretamente pelos seres sociais, utilizando-se preferencialmente a história como “narrativas” e, quanto mais engenhosas as hipóteses, maior a possibilidade de se organizar explicações para suas versões. A partir dos anos 40 e 50 no pós segunda guerra mundial, a História tem sido bastante teorizada, principalmente para explicações bastante divulgadas por intelectuais traduzidos nos principais idiomas inglês, francês e espanhol. Exemplo disto é a obra do historiador Eric Hobsbawm. No início dos anos 70, iniciando o mestrado em Sociologia na USP, observei o entusiasmo da intelectualidade com as teorias desse famoso historiador, como messianismo e bandido social. Fortemente influenciados, muitos intelectuais, sem qualquer pesquisa de história oral, e muito pouca pesquisa documental e principalmente nenhuma vivência na região Nordeste do Brasil, explicam a religiosidade dos sertanejos nordestinos como MESSIANISMO, e Lampião como BANDIDO SOCIAL. É como o cinema, o rádio e a televisão introduzindo tecnicamente na literatura de cordel novas interpretações temáticas, como a cantoria sobre Lampião protetor dos oprimidos, ou vítima das injustiças sofridas, como o assassinato de seu pai. Sem qualquer pesquisa mais séria, os Beatos passam a ser vistos como aqueles que esperam a volta de Cristo, desconhecendo esses seguidores das teorias de Hobsbawm, um dos principais elementos do discurso beato: *Jesus disse: Depois de mim não haverá outro Messias!* Na concepção beata de repulsa a toda vaidade e violência pelos poderosos submetendo os pobres, o beato Antônio Conselheiro escreveu com cimento na fachada de uma igreja por ele construída junto com seus seguidores: *Só Deus é Grande*. Totalmente em oposição a esse sentimento, Lampião se auto proclamava Governadô do Sertão, procurando a convivência com “os grandes”, seus protetores.

Entrevistando o juazeirense advogado e jornalista Dr. Pedro Coutinho- radicado no Rio de Janeiro, que publicou o primeiro artigo mostrando Lampião como “protetor dos pobres”, lhe perguntei se ele vivera no Juazeiro esse sentimento do povo. Sua resposta foi surpreendente: “Chegando ainda muito jovem no Rio de Janeiro, logo ingressou no Partido Comunista. Numa reunião do Partido o coordenador daquela célula analisou a situação do país, mostrando a alienação dos camponeses dirigidos pelo catolicismo, fazendo-se necessário a existência de um herói camponês. Por sua origem sertaneja, solicitou-lhe a indicação de alguém famoso naquelas partes do Brasil. Lembrando-se da presença de Lampião no tempo da Coluna Prestes, publicou aquele artigo mostrando o cangaceiro na liderança camponesa em busca de melhores formas de vida.”

Ao tempo em que se projetam escritores especialistas em cangaço, como Frederico Pernambucano de Melo, descendentes de antigos protetores de Lampião se lançaram em financiamento de cordéis, filmes e novelas, escondendo muitos deles a origem de suas fortunas herdadas de seus pais e avós protetores do cangaceiro. Na Feira de São Cristóvão conheci primeiramente o cordelista Azulão, de quem publiquei na Dissertação de Mestrado, seu cordel *O Homem do Arroz E O Poder de Jesus*, em 1988. Depois, apresentada ao poeta Raimundo Santa Helena, acompanhei sua luta para denunciar os horrores praticados por Lampião, que assassinou seu pai (delegado na Paraíba), estuprando em seguida sua mãe grávida, quando ele Raimundo tinha menos de 3 anos de idade. Enfrentando todas as dificuldades, nunca recuou nas denúncias contra a violência e a falta de justiça com os mais pobres. No auge das versões cinematográficas e novelescas do cangaço, convidada pela TV Cultura para um debate sobre a violência de Lampião ou as injustiças por ele sofridas, indiquei Santa Helena para me substituir, ganhando sua amizade até seus últimos dias, porque pela primeira vez um órgão público tão importante, lhe cedia espaço para narrar o sofrimento dos sertanejos na mão de cangaceiros.

No mesmo período, Frederico Pernambucano criou a categoria “escudo ético”, para justificar as ações violentas de Lampião, que divulgou a história de sua entrada no cangaço para vingar a morte de seu pai, o velho José Ferreira, num ataque da volante do sargento José Lucena. Pesquisando cartórios em Mata Grande e Água Branca, encontrei o registro de falecimento de José Ferreira, em 1921. Como registrado anteriormente, desde 1917 Lampião já era cangaceiro dos Porcino no Município de Santana do Ipanema, em 1917. Mais de 100 atrás, Lampião já era exímio criador da hoje denominada Fake News, que o escritor pernambucano batizou, no início dos anos 70, de “escudo ético”.

Nos 70 e 80 anos da morte de Lampião (2008 e 2018), sendo convidada a participar de eventos comemorativos das datas em Pernambuco, Bahia e Ceará, conheci especialistas no tema cangaço, como Antônio Amaury Corrêa de Araújo, dentista paulista que conviveu naquele Estado durante anos, com cangaceiros que “se espalharam pelo mundo”, como Zé Sereno e sua companheira Sila, e muitos outros fugitivos do bando após o massacre de Angico. Conheci também outros vários especialistas na temática cangaço, bem como o Movimento Cariri Cangaço, o surgimento da Academia do Cangaço e o encontro com cineastas especialistas no tema, como o cearense Aderbal Nogueira. Antônio Amaury, falecido em 2021 em São Paulo, é o mais famoso escritor de obras sobre o cangaço, presente em quase todos aqueles eventos.

No Juazeiro do Padre Cícero o professor da URCA/Universidade Regional do Cariri – Abraão Batista, cordelista respeitado, organizou evento com a presença da ex-cangaceira Sila, além de vários especialistas no tema, como o cientista Melquíades Pinto Paiva, autor da mais importante obra sobre o cangaço, em dois volumes: *Cangaço: uma ampla bibliografia*

comentada (2012) e *Cangaço: segunda e ampla bibliografia comentada* (2021). Com rigor científico, o autor analisa e avalia todos os trabalhos publicados sobre o cangaço, em qualquer idioma, resumindo em fichas a importância ou insignificância de artigos de jornais ou livros para a compreensão da História do cangaço do Nordeste. Naquele evento Sila deu depoimento sobre o rico Coronel Lucena, para ela o mais cruel e corrupto personagem no comando de uma volante.

Por gentileza do grande pesquisador da História de Juazeiro, o professor e teatrólogo Renato de Souza Dantas – detentor da mais completa biblioteca de livros de cordel da cidade, recebi os cordéis escritos por Abraão Batista: *João Peitudo, o Filho de Maria Bonita e de Lampião*; *A Chegada de Lampião no Congresso Nacional*; *Imaginária de Lampião Sobre Seus Eleitores Amigos e Admiradores*, além de 26 outros cordéis tendo como temática o cangaço de Lampião, todos heroizando o chefe cangaceiro.

Naquele evento constatei a vitória dos meios tecnológicos da cultura de massa sobre as antigas características de cultura regional, uniformizando e conduzindo cada vez mais concepções de mundo e práticas de sobrevivência dos mais pobres. O desenvolvimentismo CEPALINO dos anos 50 para transformar o Brasil predominantemente agrário em industrial, decretou a erradicação dos camponeses mais pobres do Nordeste de suas terras, levados para as principais cidades do Sudeste e para as zonas mais úmidas do Maranhão, no plano governamental denominado Cinquenta Anos em Cinco. Erradicados de seu mundo, milhares de sertanejos pobres se espalharam Brasil afora, submetidos, como cantou Luíz Gonzaga o cordel de Patativa do Assaré – *Triste Partida*, gritando o desespero de pessoas enfiadas em caminhões (Pau de Arara) chorando a perda de seu mundo, longe dos amigos, expostos ao frio e ao calor.

Vitoriosos, os mais ricos compraram “por dois vinténs” as pequenas propriedades, às vezes até pelo valor das passagens para toda a família, refazendo os latifúndios desfeitos em inícios do século XX, segundo o grande memorialista pernambucano – Ulysses Lins de Albuquerque, pela divisão das antigas e extensas Sesmarias, entre gerações de muitos herdeiros em três séculos, o que deu origem aos pequenos proprietários, com vida menos desgraçada do que os descendentes dos escravos, porém dependentes de “compadres ricos” em períodos de seca e epidemias. Para onde eram levados, os “pau de arara” passaram a ocupar favelas e palafitas, sem qualquer ajuda de política social, se empregando nos trabalhos mais pesados e de salários mais baixos, como a construção de estradas de rodagem e trabalho nos cafezais sem carteira assinada.

Nas décadas de 60 e 70, a partir do “Golpe civil militar de 1964”, os dirigentes do país trataram imediatamente de obrigar todos os prefeitos do interior do Nordeste a colocar grandes aparelhos de televisão nas praças públicas, incentivando a população, a partir das 6 horas da

tarde, a se dirigirem para aqueles locais e tomarem conhecimento do que acontecia no distante mundo civilizado. Com essa estratégia, as famílias foram perdendo o hábito de rezar o “terço da boca noite” (recomendação do Padre Mestre Ibiapina), e depois sentar nas calçadas, juntas com os vizinhos, rememorando histórias e acontecimentos importantes, inclusive rememorando pelepas dos grandes cordelistas. Todos esses hábitos foram sendo substituídos pela fixação nas notícias trazidas pelo rádio e a televisão, já desejados até pelos mais pobres, que se adaptaram às compras a prestação e aos hábitos dos cidadãos.

Literatura de Cordel Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro

No dia 08 de setembro de 2018, no Forte de Copacabana Rio de Janeiro, aconteceu evento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, reunindo cordelistas de todo o Brasil, além de artistas participantes da composição do livro de cordel, como pintores, desenhistas, fotógrafos e xilo - gravuristas, com a presença de membros da Academia Brasileira de Cordel, Centro Nacional de Folclore e Fundação Casa de Rui Barbosa. Presentes também, ressaltando a importância do acontecimento, representantes da Academia Brasileira de Letras /ABL e SESC RJ. Longa e animada reunião teve como objetivo anunciar o ansiosamente esperado anúncio da “Literatura de Cordel – Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro”. Essa grande conquista da cultura popular brasileira é publicada pelo IPHAN em 19/09/2018. Nas redes sociais consultadas, as duas datas se confundem. Participando presencialmente da reunião do dia oito, quando reencontrei grandes amigos como o maior xilógrafo cearense – Stênio Diniz, neto do grande cordelista José Bernardo da Silva, proprietário da Tipografia São Francisco, conheci outros famosos artistas do cordel.

Em 05/07/2019 a UNESCO declarou Paraty e largo espaço daquela região fluminense, “Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade”, ato que transformou a FLIP Paraty daquele ano em verdadeiro delírio cultural e político, porque havia um projeto do Governo Federal recém empossado, de transformar toda aquela região no maior empreendimento de turismo internacional, o que destruiria toda a proposta de “preservação” daquelas regiões historicamente importantes, por terem sido caminhos do ouro de Minas Gerais para os portos do Rio de Janeiro, no século XVIII.

Na FLIP, no edifício onde se concentrava a literatura de cordel, encontrei polêmicas interessantes, principalmente nos grupos de mulheres cordelistas. De uma dessas, ouvi como proposta o proclamado “direito de se escrever errado”, reivindicado por algumas feministas ativistas. Na hora dos debates perguntei-lhes se tinham a consciência dos antigos cordelistas - de seu papel de educadores e comunicadores entre a massa analfabeta, uma vez que eram encarregados de penetrar nos mais distantes povoados e fazendas espalhadas nas catingas do

sertão, informando os acontecimentos, como pandemias que se espalhavam, ameaças de cangaceiros, secas e lutas que destruíram famílias inteiras, se habilitando muitos deles para a divulgação de almanaques de saúde. Outros ainda se preparavam para “cantar” recomendações do *Almanaque do Pensamento* e do *Lunário Perpétuo*. Sabendo ler e escrever, os primeiros a adquirir gráficas para impressão de cordel, Severino Pirauá, Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista divulgaram, numa sociedade de maioria absolutamente analfabeta,

em linguagem típica do sertão, entre seus leitores e ouvintes a tradição literária, disseminando em essência, realidades multiculturais adaptadas às representações e ao imaginário de seu público, nas romarias, feiras, praças públicas e mercados, transformando-se nos professores do sertão, publicando inclusive, lições de anatomia, informes sobre plantas medicinais etc. (BARROS, 2008, pág. 209)

Argumentei que os (as) folcloristas criadores da Campanha de Defesa do Folclore separaram a literatura de cordel da produção desenvolvida sob influência da cultura de massa, como “duplas sertanejas” e “festas juninas”, típicas propagandas comerciais com “linguagem matuta”, tudo sendo fabricado em escritórios de propaganda, e não brotado de inspiração poética. Diante de alguns protestos, perguntei-lhes se conheciam a produção da primeira mulher cordelista. Afirmado o desconhecimento pelas cordelistas presentes, recomendei-lhes que lessem o cordel assinado por “Altino Alagoano”. Num intervalo fui abordada pela cordelista e médica cearense Dra. Paola Tôrres Costa, membro do Projeto Receitando Cordel: Medicina com Poesia – o Cordel e a Cantoria para a Saúde de Todos. Universidade Federal do Ceará – Pró-Reitoria de Extensão. Faculdade de Medicina – Departamento de Medicina Clínica.

Partilhando informações, aprendi muito sobre formas contemporâneas de inspirados cordelistas atuarem tentando, como os primeiros poetas aqui citados, contribuir para a melhoria da sociedade de seu tempo, principalmente para ajudar os mais pobres do mundo atual que, não tendo acesso a planos de saúde, consigam atendimento em hospitais públicos. Assim fiquei sabendo da existência de um grupo de cordelistas de educação de nível superior, participando de um movimento iniciado pelo famoso médico paulista Dr. Drauzio Varella. O grupo atua no “Portal de Saúde – Informação Sobre Saúde para Todos” e utiliza linguagem acessível aos atuais trabalhadores em diferentes profissões, geralmente com salário-mínimo ou desempregados. O Dr. Drauzio Varella é um escritor muito atuante também na imprensa falada e televisiva. Seus seguidores participam com ele das lutas em defesa do SUS e no combate às epidemias. Recebi de Paola o cordel “Dois Médicos no Sertão”, do qual transcrevo os versos:

Eu vou contar uma história
Para dar o meu recado
Se passou no Ceará
Apreciei um bocado
Viajar com doutor Draúzio
E deixá-lo embasbacado.

A viagem começou
Nas bandas de Quixadá
Ele mal chegou, choveu
E melhor coisa não há
Há seis anos não chovia
Era só seca por lá.

Viu as pedras milenares
Que contam a nossa história
Nosso sertão já foi mar
Essa foi a trajetória
E a prova inconteste ali
Fica viva na memória.

Meio dia sol a pino
Gravando lá na caatinga
Tinha microfone e drone,
Só coisa fina que vinga.
O assunto é coisa séria
Pra abordar tem que ter ginga.

O que podemos fazer?
Para ajudar essa gente?
Informar e educar
Tentar fazer diferente
Vamos então conversar
E plantar nossa semente.

Quem sabe florescerá
Uma outra compreensão
E o povo tenha outra sorte
Lá pras bandas do Sertão
E câncer não seja vergonha
Preconceito, aberração (COSTA, 2018, pág. 2-3).

.....

Parentela de Francisco das Chagas Batista e a literatura de cordel

Em meados da década de 70, trabalhando na Faculdade Notre Dame como professora de Antropologia e de Cultura Brasileira, convivia com o vice-Diretor Professor Manuel Antônio de Castro, um grande amigo desde 1965 na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil quando, somente naquele ano fomos colegas de turma no curso de Ciências Sociais. No ano seguinte perdi o colega mais letrado de minha turma, que fez outro vestibular para a Faculdade de Letras, porém preservamos até hoje uma quase irmandade familiar. Nosso reencontro no trabalho acadêmico, aconteceu quando ele era o já famoso professor da Pós-Graduação de Letras da UFRJ. Como a Notre Dame só funcionava à noite, muitas vezes ele recebia orientandos que trabalhavam em tempo integral e não conseguiam se encontrar com o orientador no Fundão.

Um dia, num intervalo das aulas, Manuel me apresentou o orientando de Mestrado - Sebastião Nunes Batista, funcionário da Casa de Rui Barbosa. Risonhamente dizia juntar “dois paus-de-arara” expressão muito usada naqueles tempos no Rio de Janeiro, para se referir aos nordestinos aqui chegados. Muito gentil, Sebastião foi logo me perguntando de que Sertão eu vinha, informando ser do Sertão da Paraíba, tendo vivido também em Pernambuco e passado por vários Estados do Nordeste entre a infância e a mudança para o Rio de Janeiro. Em outros encontros fiquei fascinada ao saber que conversava com um filho do famoso cordelista Francisco das Chagas Batista. Quando ele me falou de seu livro publicado em 1971, pela Biblioteca Nacional – *Bibliografia Prévia de Leandro Gomes de Barros*, comprei imediatamente. Fiquei espantada com as relações de amizade e inter casamentos entre as famílias dos dois poetas sertanejos, como uma das filhas de Leandro Gomes – Raquel Aleixo de Barros, casando-se com Pedro Batista (1890 – 1938) o também poeta, irmão de Francisco das Chagas Batista. Leandro e Francisco se correspondiam em versos, como estes de introdução de Chagas Batista:

Paraíba, dia treze,
Mês de maio, mês das flores,
(Dia em que os libertadores
Aboliram a escravidão)

.....

Finalizando correspondência para Chagas, escreve Leandro:

No mais vai tudo de pé
Assoletrando pi-po-ca,
E machocando moriçoca

.....

Sem mais do teu velho amigo:
Leandro Gomes de Barros” (BATISTA, 1971, pág. 16 - 17).

Na terceira página do livro, abaixo do nome do autor, se lê: “Colaboração de Hugolino de Sena Batista”. O livro além de informar sobre as centenas de cordéis por ele publicado, mostra o maior problema para aqueles primeiros proprietários de impressoras de cordel, a facilidade com que os compradores de suas obras passaram a publicá-las em seus próprios nomes, muitas vezes até alterando os acrósticos dos últimos versos, que registravam o nome do autor da obra. João Martins de Athayde (Pernambuco) e José Bernardo da Silva (Juazeiro do Ceará), por terem, o primeiro comprado os direitos autorais à viúva de Leandro, e o segundo comprado da viúva de Athayde, os que mais encamparam títulos da obra de Leandro Gomes de Barros. Progressivamente, as produtoras de cordel espalhadas por São Paulo e várias cidades do país, foram “montando” livros de cordel, já com as modernas gráficas, até combinando versos de várias de suas obras, rearrumadas em novos livros de cordel em seus próprios nomes.

Falecendo de colapso cardíaco em 1982, quando fazia palestra em um evento sobre cordel em Sergipe, hoje se tem acesso à sua biografia no Google, onde está registrado o

acrécimo da parentela que acabo de comentar, com as informações: Genro do cordelista Ugolino Nunes da Costa (Serra do Teixeira, 1832 – 1895); Membro do grupo conhecido como “irmãos Batista”; Sobrinho do cantador e cordelista Antônio Batista Guedes (1880 – 1918). Por último se recebe a informação de que ele era sobrinho do poeta cordelista Manoel Sabino Guedes. Esse seu tio é um dos fundadores, no Ceará, da PADARIA ESPIRITUAL e do Jornal O Pão, juntamente com Capistrano de Abreu e outros importantes intelectuais, como Adolfo Caminha e Antônio Sales.

Espanto maior entre os estudiosos da literatura de cordel foi o estudo dos livros de cordel, como *O Violino do Diabo ou O Valor da Honestidade; O Corcunda de Notre Dame e O Amor Nunca Morre*, assinados por Altino Alagoano, pesquisa realizada pela aluna de Mestrado em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, Maristela Barbosa de Mendonça, em 1991, publicada em 1993, pela THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA, intitulada *Uma voz feminina no mundo do folheto*.

Esse livro revela a história da primeira mulher cordelista – Maria das Neves Batista Pimentel, filha de Francisco das Chagas Batista. Excelente pesquisa de História Oral, em livro de 240 páginas transcreve as entrevistas feitas com Maria das Neves, enriquecidas por rico arsenal teórico sobre literatura. Desde a Introdução, o livro vai se transformando na História do sertão e das famílias desses inspirados cordelistas, desde o século XVIII.

Casada com rapaz alagoano, Maria das Neves sempre trabalhou com o pai nas oficinas e lojas de venda dos livros de cordel, verificando a existência jamais alterada da presença masculina de poetas cordelistas. Após a morte do pai, enfrentando dificuldades econômicas, se muda para Maceió – capital de Alagoas onde, depois de algum tempo retorna à Paraíba, sempre estudando muito, lendo clássicos escritores nacionais e estrangeiros. Um dia Altino lhe pergunta por que ela não escreve também livros de cordel. Respondendo-lhe, Maria das Neves explica a rejeição de autoria de cordel por mulheres, dado o lugar já totalmente determinado para a mulher, naquela sociedade. Então lhe surge a opção de se tornar cordelista, já que sentia tanta inspiração e tinha tanta leitura da obra de intelectuais, sem se submeter à guerra machista que se desenvolveria contra ela. Assim surgiu o poeta Altino Alagoano.

O filho mais velho do casal, Altimar Pimental, nasceu em Maceió e se criou na Paraíba. Completando a leitura obrigatória da obra de Maristela Barbosa de Mendonça, é interessante recorrer ao Google, para conhecer a obra desse intelectual, nas artes e na literatura erudita e popular.

Considerações finais

A metodologia de escrita desse texto, numa perspectiva histórica e de pesquisa antropológica (etnografia), tem como objetivo estudar dois fenômenos sócio - culturais muito desenvolvidos no Nordeste Brasileiro, o cangaço e a literatura de cordel, procurando entender suas origens, estudando os desdobramentos desses processos nos tempos atuais, principalmente, a permanência da Literatura de Cordel e seus novos caminhos na vigência das atuais tecnologias da comunicação.

Referências Bibliográficas

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O Lugar da Escravidão na cultura brasileira: Literatura, comunicação e cultura popular. In: **ADVIR**. Rio de Janeiro: ASDUERJ/Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 39, p. 8, dez 2018.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Anexo I – Ao Capitão Luis Carlos Prestes e seus companheiros de luta. In: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 3 ed., 2018, p. 259 – 261.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Conclusão. In: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 2 ed., 2007, p. 221 – 228.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Ecologia da Violência Sertaneja: A glamourização dos cangaceiros na mídia e no cordel. In: MELO, José Marques de [Org.] **Mídia, Ecologia e Sociedade**. INTERCOM. São Paulo, 2008, p. 212 – 213.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Ecologia da Violência Sertaneja: A glamourização dos cangaceiros na mídia e no cordel. In: MELO, José Marques de [Org.] **Mídia, Ecologia e Sociedade**. INTERCOM. São Paulo, 2008, p. 209.

BATISTA, Chagas. **Bibliografia Prévia de Leandro Gomes de Barros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.

BRANDÃO, Theo. Poesia popular e poesia caipira. In: **O JORNAL**, Rio de Janeiro, p. 1 e 9, abr 1953.

COSTA, Paola Tôrres. **Dois médicos no sertão**. Projeto Receitando Cordel: Medicina com Poesia – O Cordel e a Cantoria para a Saúde de Todos. Ceará: Universidade Federal do Ceará – Pró-Reitoria de Extensão, 2018.

MENDONÇA, Maristela Barbosa de. **Uma voz feminina no mundo do folheto**. Brasília: Thesaurus Editora, 1993.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **A Ideologia do Cordel**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Plurarte, 1982.

ZABELÊ, Alexandre. **Para havê paz no sertão**. 1953. Disponível: <https://letrastaquarenses.blogspot.com/2018/01/para-haver-paz-no-sertao-mestre-zabele.html>. Acesso em 04 de novembro de 2022.